

3

Discutindo ‘projeto pedagógico’, ‘preconceito e discriminação’, ‘raça’ e ‘cor’ e ‘construção de identidade’.

O Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944, por Abdias do Nascimento, foi uma entidade do Movimento Negro no Brasil, cujo objetivo precípuo era combater o racismo presente na sociedade. Através do trabalho cênico, o TEN buscava resgatar a cultura africana dos seus ancestrais e discutir a questão do negro na sociedade brasileira, reivindicando assim o reconhecimento de uma identidade negra.

Através do trabalho cênico, da dramaturgia, das aulas de alfabetização, de iniciação cultural e dos concursos de estética, o Teatro atraiu muitos proletários, domésticas, operários, que acreditavam na sua ideologia e na possibilidade de ter seus direitos reconhecidos socialmente. Muitas mulheres que trabalhavam como domésticas, em casas de família, se inscreveram nas aulas de teatro e de alfabetização em 1944. Demonstrando o protagonismo feminino negro nessas organizações, juntas elas chegaram a criar uma Associação das Empregadas Domésticas em 1946, no seio do TEN, tornando públicas as suas reivindicações.

Em um contexto histórico de queda do Estado Novo, o TEN encontra um terreno fértil para colocar em pauta a identidade negra. No entanto, neste novo cenário, no qual as palavras de ordem são ‘povo’, ‘democracia’ e ‘identidade nacional’, a idéia central para se pensar uma nação é a de que não existem raças humanas, mas sim diferentes culturas (Guimarães, 2002).

O objetivo do TEN - centralizado no combate ao racismo e na construção da identidade negra - faz emergir um discurso crítico, marcado pela imposição da discussão da questão racial, questão esta efetivamente desconsiderada como uma questão legítima no contexto das décadas de 1940 e 1950 já que o Brasil, como assinala Guimarães (2002):

“Vivia um período marcado pela redemocratização da sociedade e por um forte projeto nacionalista. Neste contexto, o Brasil passa a se pensar como uma civilização híbrida, miscigenada, não apenas européia, mas um produto do cruzamento entre brancos, negros e índios”. (p.117)

Neste contexto, a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, tem uma contribuição acadêmica significativa, nos anos 1930, na medida em que vislumbra

as relações que eram estabelecidas entre os senhores de engenho (brancos) e negros escravizados, consagrando a miscigenação do povo brasileiro. Para muitos estudiosos, como Kabengele Munanga (2004), Gilberto Freyre transforma a mestiçagem em valor positivo e completa toda uma discussão que vinha sendo desenhada desde o fim do sistema escravista, sobre a identidade brasileira. Parafraseando Freyre:

“Todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano”. (p. 395)

No imaginário da sociedade brasileira a identidade nacional era constituída a partir de elementos africanos, europeus e indígenas. Assim, ela era pensada a partir do cruzamento das três raças, ou seja, a partir da mestiçagem. Neste contexto de celebração do tipo ‘mestiço’, como definidor da nacionalidade brasileira, os elementos africanos, como o samba e a feijoada, assim como outros, tornam-se símbolos nacionais, da brasilidade. (Renato Ortiz, 1994)

Mesmo com todo este reconhecimento de contribuição dos elementos africanos na constituição da nacionalidade, Guimarães (2002) nos mostra que o protesto negro não cessou e tornou-se mais amadurecido intelectualmente nesse período. De acordo com o autor, o protesto ampliou-se:

“Primeiro, porque a *discriminação racial*, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os *preconceitos* e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população ‘de *cor*’ continuava marginalizada em favelas, mocambos, alagados e na agricultura de subsistência” (p. 88).

Percebemos na citação acima, que os conceitos assinalados fazem parte do eixo analítico da presente discussão e, juntamente, com “projeto pedagógico” e “construção de identidade” vão ser os conceitos chave a sustentar a argumentação. Tais categorias são importantes para contextualizar o período de ascensão do Teatro e toda ambiência sociocultural da época.

O Teatro Experimental do Negro realizava um trabalho educativo alternativo, na medida em que instruir constituía a principal estratégia para visibilização da questão racial. O projeto pedagógico da entidade estava

direcionado à população negra, tendo em vista o combate ao racismo, através das artes cênicas. O trabalho educativo desenvolvido pelo Teatro Experimental do Negro contemplava aulas de alfabetização, iniciação cultural, concursos de estética e seminários, tendo em vista o reconhecimento de uma identidade negra, que constituía o projeto e o objetivo principal do teatro.

A dramaturgia era uma estratégia de ação para se criar uma conscientização da questão do negro que, como já assinalada, não era discutida devido ao mito da democracia racial, fortemente presente no imaginário da sociedade. O negro não era exatamente uma questão porque era considerado elemento constituinte do projeto de formação da identidade nacional.

O “projeto pedagógico” do TEN foi se estruturando na prática, com as aulas e ensaios das peças teatrais¹³. A criação de um curso de alfabetização surgiu com a dificuldade dos atores do teatro em memorizar e decorar as peças teatrais. As aulas de alfabetização ampliaram o “projeto pedagógico” do TEN e a simples atuação pela atuação tornou-se secundária. Aulas de iniciação cultural foram agregadas ao curso de alfabetização, sendo as peças teatrais o principal material pedagógico.

Com as aulas de teatro, alfabetização e iniciação cultural, o Teatro Experimental do Negro pôde pensar em novas propostas e atividades para se discutir preconceito, discriminação, cor e raça, tendo em vista o seu objetivo central: combater o racismo e o preconceito. Seu “projeto pedagógico” também se pautava na valorização e na construção de uma identidade negra e não mestiça.

Visto que apontamos o objetivo central do Teatro Experimental, propomos agora conceituar as categorias de “preconceito” e de “discriminação”. Em muitas leituras sobre o Teatro Experimental do Negro, nos deparamos com diversas situações, consideradas de preconceito e/ou discriminação, como no caso mencionado por Elisa Larkin Nascimento (2003), que ocorreu em 1950, envolvendo a coreógrafa negra norte-americana Katherine Dunham e a cantora lírica Marian Andersen, ambas ‘discriminadas’ no Hotel Esplanada em São Paulo.

¹³ Dentre as peças teatrais encenadas pelo TEN, destacamos: *Palmares* (de Stela Leonardos), em 1944; *O Imperador Jones* (de Eugene O’Neill), em 1945; *Todos os filhos de Deus têm asas* (de Eugene O’Neill), em 1946; *Recital Castro Alves*, em 1947; *O Filho Pródigo* (de Lúcio Cardoso), em 1947; *Aruanda* (de Joaquim Ribeiro), em 1948; *Filhos de Santo* (de José Moraes Pinho), em 1949; *Calígula* (de Albert Camus), em 1949; *Rapsódia Negra* (de Abdias do Nascimento), em 1952; *Festival O’Neill*, em 1954; *Sortilégio* (de Abdias do Nascimento), em 1957. Além da peça *Anjo negro* (de Nelson Rodrigues), escrita especialmente para o TEN.

Este fato foi bastante significativo para a criação da Lei ‘Afonso Arinos’, cujo deputado que deu nome à Lei fez referência ao caso da coreógrafa norte-americana como um exemplo concreto de discriminação racial. No entanto, o próprio deputado em entrevista ao *Jornal Última Hora*, em 14 de dezembro de 1951, condenou as associações negras, por julgá-las racistas:

“Já tive ocasião de manifestar-me sobre esse aspecto particular do problema racial (...) opinando se conviria ou não que se oficializassem entidades ou associações próprias de negros. Por ocasião dos debates do meu projeto, procurei mostrar o lado pernicioso dessa congregação, a cujo espírito o projeto se oporia, na sua preocupação de estabelecer bases mais positivas para a integração do elemento negro na vida social brasileira”.

Observamos na declaração acima, que a existência de manifestações concretas de discriminação, no contexto dos anos 1950, não eliminavam o pensamento da democracia racial, impregnada no imaginário da sociedade brasileira. No final desta declaração, o então deputado Afonso Arinos acusa as associações negras de estarem manifestando um racismo negro: “O empenho em instituir entidades dos homens de cor é o reverso da medalha, pois será, em última análise, manifestação de racismo negro”.¹⁴

A miscigenação positiva criou uma nação sem barreiras raciais. No entanto, como observamos com exemplos concretos acima citados, o preconceito e a discriminação construíram barreiras para visibilização do negro na sociedade brasileira.

Como o preconceito e a discriminação são construídos? São construídos social e historicamente, a partir de uma trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amigos até a inserção em instituições como profissionais ou atuando dentro de movimentos de expressão política (Jones, 1973). Na perspectiva de Jones (1973), o preconceito é definido como sendo “o julgamento negativo e prévio dos membros de uma raça, uma religião ou dos ocupantes de qualquer outro papel social significativo e mantido apesar de fatos que o contradizem (p. 54)”.

Neste caso, o preconceito é um julgamento prévio de um indivíduo ou um grupo que se mostra diferente do padrão dominante estabelecido para aquele que julga o outro. Assim, a não aceitação daquilo que se mostra diferente para nós

¹⁴ Entrevista do Deputado Afonso Arinos realizada ao *Jornal Última Hora*, em 14 de dezembro de 1951.

pode ser considerado preconceito. Os modelos, considerados hegemônicos, que são apresentados para a sociedade, sejam de estética, comportamento e conduta tornam-se paradigmas e aceitos nas práticas sociais. O que se mostra diferente deste modelo pré-estabelecido social e historicamente, tende a ser rejeitado. Os estereótipos vão sendo construídos nestas práticas sociais, através de piadas pejorativas, dos meios de comunicação, da escola e de outros, acentuando o preconceito.

Como nos aponta Nilma Lino Gomes (1995): “tanto para crianças negras quanto para as brancas que convivem com as injustiças sociais do país, a referência que têm do negro está diretamente relacionada a indivíduos em situação de pobreza, ocupando cargos de baixo status social (...)” (p. 59). Ou seja, estes estereótipos vão sendo reproduzidos social e historicamente reforçando o negro como um objeto, um escravo. No entanto, estes estereótipos não se mantêm na esfera de um pré-julgamento, mas ultrapassam-no recaindo numa prática preconceituosa, que é a discriminação.

Faz-se necessário incluímos na conceituação de ‘preconceito’, a ‘discriminação’ para termos uma análise mais ampla de como o racismo se processa e é construído na sociedade brasileira. Definimos ‘discriminação’ na perspectiva de Valter Roberto Silvério (2002) como “*o tratamento desigual de indivíduos com iguais características, baseado no grupo, classe ou categoria a que pertencem, e constitui-se um evidente desvio do ideal de igualdade de oportunidade*” (p. 92).¹⁵

Guimarães (2002) aponta que os atos de discriminação são acompanhados de ofensas verbais, caracterizadas como insultos. Na perspectiva do autor, os insultos demarcam um afastamento entre o insultador em relação ao insultado (p.173). Estes espaços demarcados socialmente apresentam uma origem histórica, através de um longo processo de humilhação e subordinação, que localiza o branco em posições de poder e o negro em posições subalternas. Como nos aponta o referido autor (2002), “a posição social e racial dos insultados já está estabelecida historicamente” (p. 173).

Podemos, assim, definir que o ‘preconceito’ é um julgamento construído socialmente a partir das referências pré-estabelecidas na sociedade e que

¹⁵ Valter Roberto Silvério. Sons negros com ruídos brancos. In. *Racismo no Brasil*, 2002.

perpassam distintos espaços freqüentados pelos sujeitos. Já a ‘discriminação’ é uma atitude, podendo ser caracterizada como uma prática do ‘preconceito’. Contudo, salientamos que a verdadeira dimensão da discriminação só pode ser fornecida por aqueles que a sofrem.

Quando discutimos preconceito e discriminação com relação ao negro, não podemos negligenciar a discussão das categorias de análise ‘raça’ e ‘cor’, já muito levantadas na década de 1930 pelos intelectuais da Frente Negra Brasileira. Uma contribuição importante aos estudos sociológicos no Brasil, para se compreender como se processa o preconceito racial e de cor, nos foi dada por Florestan Fernandes. Para o autor, a marginalização do negro foi inevitável devido ao seu passado escravista. Neste caso, a origem do preconceito racial e de cor tem sua origem na escravidão.

O ‘preconceito de cor’ está baseado nas características fenotípicas, tais como a cor da pele, o tipo de cabelo, formato dos lábios, etc. No entanto, este preconceito de cor pode operar em termos de classe, na medida em que um negro, economicamente bem sucedido, pode ser classificado como mulato, ou até mesmo como branco. Esta discussão foi levantada quando conceituamos preconceito e discriminação, na medida em que o negro devido a uma herança escravocrata do Brasil está associado ao pobre e o branco ao rico. Na perspectiva de Da Matta (1993): “o branco e o negro tinham um lugar certo e sem ambigüidades dentro de uma totalidade hierarquizada muito bem estabelecida”. (p. 79)

Por isso, o negro economicamente bem sucedido na sociedade brasileira não é visto como um negro, pois está deslocado de ‘lugar’, ou ocupando o ‘lugar’ do branco, ou seja, um ‘lugar’ que hierarquicamente não é seu.

“Num meio social como o nosso, onde ‘cada coisa tem um lugar demarcado e, como corolário, - cada lugar tem sua coisa’, índios e negros têm uma posição demarcada num sistema de relações sociais concretas, sistema que é orientado de modo vertical: para cima e para baixo, nunca para os lados”. (Da Matta, p.76)

Esta verticalização da sociedade brasileira, que situa o branco no topo e os “não brancos” (negros e índios) na base, fortemente hierarquizada, permitiu, também, utilizar a noção de ‘raça’ de modo intensivo: raça superior e raça inferior. O próprio discurso de defesa da miscigenação, no início do século XX, mesmo de forma indireta e escamoteada, estava pautado na melhoria da ‘raça’.

Não podemos deixar de mencionar, que no final do século XIX, muitos intelectuais como Nina Rodrigues, atribuíam ao negro, a inferioridade do povo brasileiro. Este autor atribuía à miscigenação um elemento negativo para a sociedade brasileira, pois levaria a uma degeneração da ‘raça superior’: branca.

Na perspectiva de Da Matta (1993), o conceito de raça está articulado ao conceito de etnia e cultura:

“A noção de ‘raça’ e o ‘racismo a brasileira’ tem um valor socialmente significativo até hoje – sobretudo entre as camadas médias de nossa população – porque o nosso tipo de doutrinação racial é uma variante da européia. Entre nós, o conceito passou a ser, como o sistema que o abriga, totalizante. De modo que para nós raça é igual a etnia e cultura”. (p.84)

Contudo, não pretendemos aprofundar a discussão sobre raça/etnia, mas salientar que o conceito de ‘raça’, utilizado neste trabalho, é uma construção social e histórica sem caráter biológico e científico. Na perspectiva de Stuart Hall (2003):

“Conceitualmente, a categoria ‘raça’ não é científica. As diferenças atribuíveis à ‘raça’ numa mesma população são tão grandes àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. ‘Raça’ é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder sócio econômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo”. (p. 69)

A idéia de ‘raça’ discutida neste trabalho privilegia a perspectiva de Hall (2003), tendo em vista que o determinismo biológico não tem validade para sua utilização, mas dentro de uma teia de significados que foram construídos social e historicamente. Neste caso, o conceito de ‘raça’ é redimensionado com uma perspectiva política, social e histórica.

Hall (2003) salienta que como prática discursiva o racismo possui uma lógica própria, tentando justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções biológicas (p.69). Neste discurso, determinadas características construídas sociais e historicamente, permeadas por relações de poder e subordinação, são legitimadas como naturais e inatas, criando todos os estereótipos atribuídos às minorias.

Como nos aponta Hall (2003), “o racismo biológico privilegia marcadores como a ‘cor’ da pele”. Para ele:

“A ‘negritude’ tem funcionado como signo da maior proximidade dos afro-descendentes com a natureza e, conseqüentemente, da probabilidade de que sejam preguiçosos e indolentes, de que lhes faltem capacidades intelectuais de ordem mais elevada, sejam impulsionados pela emoção e o sentimento em vez da razão, hipersexualizados, tenham baixo autocontrole, tendam à violência etc”. (p. 70)

Encontramos em Hall uma explicação para o ‘preconceito de cor’ no Brasil, que já havia sido apontado por Florestan Fernandes décadas atrás. Florestan Fernandes ao enfatizar a existência do preconceito de cor no Brasil, vai contestar assim a ideologia da democracia racial na academia. No entanto, no seu discurso, o preconceito de cor está muito articulado ao preconceito de classe, na medida em que a sociedade burguesa não aceita perder seus privilégios e não enxerga o negro como um competidor, devido sua herança escravista. Ou seja, para Florestan Fernandes a origem do preconceito e da discriminação tem sua origem na escravidão. Preconceito este que estaria resolvido com o desenvolvimento econômico do país.

Guimarães utiliza as categorias analíticas de ‘raça’ e ‘cor’ buscando uma razão para o preconceito e a discriminação no Brasil (2002):

“‘Raça’ é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe” (p. 50).

O que ele (2002) procura nos mostrar com sua análise é que o preconceito racial no Brasil se sobrepõe ao preconceito de classe. Aprofunda ainda mais a reflexão, das respectivas categorias analíticas, salientando que ‘cor’ opera em termos ‘raciais’. Neste prisma, as categorias ‘raça’ e ‘cor’ se articulam e estão presentes nos processos de discriminação e preconceito racial (p. 55).

Nesta discussão, faz-se ainda necessário articular as categorias de ‘raça’ e ‘cor’ à questão da identidade. O *tornar-se negro*, como nos aponta o estudo de Neusa Santos Souza (1983), passa por um processo de quebra de estereótipos e representações negativas com relação ao negro, tendo em vista um projeto de construção de uma identidade negra.

Trabalhamos com a questão da identidade de projeto na perspectiva de Castells (1999):

“Quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (p. 25).

Castells (1999) trabalha com a definição de três tipos de construção de identidade. A ‘identidade legitimadora’ é definida como aquela que, através de instituições dominantes da sociedade, introduz sua dominação visando a expansão e legitimação do poder, como o próprio nome sugere. A ‘identidade de resistência’ é criada por atores que se encontram em posições estigmatizadas e desfavorecidas socialmente, construindo trincheiras de resistência. A ‘identidade de projeto’ consiste num projeto de vida diferente, geralmente, com base em uma identidade oprimida, tendo em vista a mudança estrutural da sociedade (p. 26).

Entretanto, trabalhamos com as noções de ‘identidade de resistência’ e de ‘projeto’ como intercambiáveis, na medida em que o Teatro Experimental do Negro constituiu-se como um espaço de resistência contra a opressão e o racismo presente na sociedade brasileira, tendo como projeto pedagógico a construção de uma identidade negra, e não mestiça. Neste caso, a construção de uma identidade negra que fosse reconhecida social e nacionalmente tornou-se um projeto para as lideranças do TEN.

Na perspectiva de Hall (2004),

“A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de ‘eu’ coerente”. (p. 13)

Não consideramos a identidade do sujeito como algo dado, mas como algo construído e dinâmico. Como nos aponta Hall (2004), somos interpelados por muitos sistemas simbólicos e culturais que perpassam a sociedade e não somos passivos na receptividade dos mesmos. Somos confrontados com a diferença e, no entanto, construímos nossa identidade a partir dela. A diferença é um elemento importante nesta discussão, na medida em que a luta pelo reconhecimento de múltiplas identidades perpassa pelo reconhecimento da sua existência. Como aponta Hall (2004):

“A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (p. 13).

Para ele (2004), a construção da identidade é um jogo de negociações, tendo em vista que as sociedades são marcadas pelo multiculturalismo, ou seja, distintas culturas se confrontam e dialogam numa mesma comunidade. As culturas, através da diáspora africana e dos movimentos migratórios, estão se tornando cada vez mais híbridas, tratando-se de um processo de tradução cultural. Na busca de um reconhecimento, cada movimento apela para uma política de identidade (p. 45).

Esta política de identidade, salientada por Stuart Hall (2004), atinge diretamente os diversos movimentos sociais que vêm se constituindo ao longo do processo de formação da sociedade brasileira. Como estamos trabalhando com uma entidade que surgiu num momento de redemocratização do país com as eleições de meados de 1940, é importante destacarmos que os membros do TEN aproveitaram este contexto democrático para exigir o reconhecimento de uma identidade negra em detrimento de uma identidade mestiça.

Como nos aponta Guimarães (2002): “(...) no plano ideológico, o TEN reivindicava a identidade negra e não apenas mestiça, que constituiria o âmago da identidade nacional brasileira”. (p. 94). Ou seja, a identidade negra reivindicada pelos intelectuais do Teatro não seria mais um elemento constituído da nação, mas seria a própria identidade nacional brasileira.

Assim, colocava na esfera pública uma questão de difícil aceitação no imaginário da sociedade brasileira da época, que vivia um cenário de construção da ideologia da democracia racial. Contudo, ao construir um projeto pedagógico pautado no reconhecimento de uma identidade negra, e não mestiça, foi algo precursor para o Teatro Experimental do Negro, mas conflituoso, também, pois o ‘mestiço’, no contexto das décadas de 1930 e 1940 era celebrado como o tipo mais brasileiro, o qual uniria as três raças definidoras da nacionalidade brasileira: brancos, negros e índios.

O cruzamento das três raças ligaria os elementos tipicamente regionais caracterizando a identidade nacional brasileira. Neste caso, era problemático para o TEN reivindicar uma identidade negra, na medida em que a sociedade brasileira reconhecia o negro, o branco e o índio como elementos constitutivos da identidade

brasileira. Era preciso conscientizar a sociedade, a partir de situações cotidianas concretas. Apesar do negro ser considerado como um dos elementos constituidores da nacionalidade brasileira, ele era discriminado em clubes, hotéis, teatros, geralmente, freqüentados por uma totalidade branca. Para criar esta consciência, era preciso que o TEN trabalhasse, primeiramente, com os próprios negros, que muitas vezes, incorporavam este ideário de ‘democracia racial’.

Na perspectiva de Kabengele Munanga (2004):

“A construção dessa nova consciência não é possível sem colocar no ponto de partida a questão de auto definição, ou seja, da auto-identificação dos membros do grupo em contraposição com a identidade dos membros do grupo ‘alheio’”. (p. 14)

Para Kabengele (2004), a questão da auto definição e a busca de um ‘eu’ vão permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva, que serve de plataforma mobilizadora.

Observamos distintas leituras e olhares sobre o conceito de ‘identidade’, tendo em vista que muitos são os elementos e fatores que contribuem para sua construção. Como nos aponta Kabengele Munanga (2004):

“Essa identidade, que é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social etc. Esses elementos não precisam estar concomitantemente reunidos para deflagrar o processo, pois as culturas em diáspora têm de contar apenas com aqueles que resistiram, ou que elas conquistaram em seus novos territórios”. (p. 14)

O reconhecimento de uma identidade negra estava no âmago do projeto pedagógico do Teatro Experimental do Negro, pautado no combate ao racismo e ao preconceito. O que unia os intelectuais militantes do TEN era a experiência da discriminação e a percepção de que o mito da ‘democracia racial’, ancorado na valorização do mestiço, configurava-se em obstáculo para emergência do negro na sociedade brasileira, como construtor do patrimônio cultural do Brasil.